



DINIS

O REI CIVILIZADOR

*Uma visão inovadora da vida e obra
de um Rei sábio e justo*

JOSÉ CARLOS FERNÁNDEZ | PAULO ALEXANDRE LOUÇÃO
(Coordenadores)

HELENA BARBAS | MARIA MÁXIMA

PEDRO GOMES BARBOSA | CLETO SALDANHA | LIMA DE FREITAS
autores convidados

Título: DINIS — O REI CIVILIZADOR
Subtítulo: UMA VISÃO INOVADORA DA VIDA E OBRA
DE UM REI JUSTO E SÁBIO
Coordenadores: José Carlos Fernández | Paulo Alexandre Loução
Autores: Helena Barbas
 Maria Máxima
 José Carlos Fernández
 Paulo Alexandre Loução
Autores-convidados: Pedro Gomes Barbosa
 Cleto Saldanha
 Lima de Freitas
Fotografias: Ana Isabel Vieira | Paulo Loução | Arquivo Ésquilo
Tradução: Cleto Saldanha
Revisão: Carla Cavaleiro, Severina Gonçalves e Cleto Saldanha
Direcção Editorial: Paulo Alexandre Loução
Design da Capa: Ana Isabel Vieira
Projecto Gráfico: Gabinete gráfico da Ésquilo
Impressão: Rolo & Filhos II, SA
Distribuição: Sodilivros – Tel.: 213 815 600
1ª Edição: Outubro 2009
ISBN: 978-989-8092-63-2
Depósito Legal:
Copyright: © Nova Acrópole e autores



Ésquilo *edições e multimédia, lda*
Av. António Augusto de Aguiar, 17 – 4º Esq. – 1050-012 Lisboa – Tel.: 213 502 410
E-mail: multimedia@esquilo.com – Endereço na Web: www.esquilo.com

ÍNDICE

PRÓLOGO — <i>O Nascimento do Projecto «D. Dinis - O Rei Civilizador»</i> . . .	9
EXÓRDIO	17
Iª PARTE – O REI-CIVILIZADOR	19
EL REI D. DINIS, PRIMEIRO DE SEU NOME E 6º MONARCA DE PORTUGAL – <i>Uma síntese biográfica</i>	21
<i>Pedro Gomes Barbosa</i>	
UM REI SÁBIO	31
<i>José Carlos Fernández</i>	
OS 12 TRABALHOS DE D. DINIS	37
<i>José Carlos Fernández</i>	
O TROVADOR	43
<i>José Carlos Fernández</i>	
A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE	47
<i>Paulo Alexandre Loução</i>	
OS FILHOS DE D. DINIS	51
<i>Maria Máxima</i>	
DOS TEMPLÁRIOS À ORDEM DE CRISTO	55
<i>Paulo Alexandre Loução</i>	
D. DINIS TERÁ RECEBIDO O TESOURO DOS TEMPLÁRIOS? . . .	63
<i>Paulo Alexandre Loução</i>	
D. DINIS E ODIVELAS	73
<i>Maria Máxima</i>	
O MOSTEIRO DE S. DINIS E S. BERNARDO	75
<i>Maria Máxima</i>	
LENDAS DE D. DINIS	79
<i>Cleto Saldanha e Paulo Alexandre Loução</i>	
UM REI PRECURSOR	83
<i>J. A. e Paulo Alexandre Loução</i>	
SÍNTESE CRONOLÓGICA	91
<i>Paulo Alexandre Loução</i>	

IIª PARTE – O REI-POETA	97
D. DINIS – UM FIEL DO AMOR?	99
<i>Paulo Alexandre Loução</i>	
D. DINIS E AS DONAS – UMA GALERIA	107
<i>Helena Barbas</i>	
ANTOLOGIA DE POEMAS DE D. DINIS	143
<i>Seleccção por Helena Barbas</i>	
IIIª PARTE – A INFLUÊNCIA DE ISABEL DE ARAGÃO E O CULTO DO ESPÍRITO SANTO	159
A INFLUÊNCIA DE ISABEL DE ARAGÃO NO REINADO DE D. DINIS	161
<i>Paulo Alexandre Loução</i>	
OS MILAGRES DA RAINHA E A CANONIZAÇÃO	187
<i>Paulo Alexandre Loução</i>	
O CULTO DO ESPÍRITO SANTO E O IMAGINÁRIO LUSITANO ..	195
<i>Lima de Freitas</i>	
A TRAGÉDIA – À maneira de epílogo	221
<i>Paulo Alexandre Loução</i>	

DOM DINIS E AS DONAS: UMA GALERIA

El Rei Dom Dinis fez tudo quanto quis porque tinha potencia e riqueza para executar tudo quanto lhe pedia o desejo.

Bernardo de Brito, *Elogio dos Reis de Portugal*, (p.38)

Em 1361 Boccaccio publica uma obra – *De Mulieribus Claris* [Mulheres Famosas], onde recolhe a biografia de 106 damas célebres até à sua idade. Ter-se-á inspirado directamente numa outra dedicada a varões ilustres, feita por Petrarca (1341) que lhe alcança o louro. Têm por raiz os catálogos de mulheres, um deles atribuído a Hesíodo (c.700 a.C.), mas em que as figuras femininas aparecem retratadas de modo pejorativo (começa com Pandora). Durante a Idade Média há a tradição das colecções de vidas (mais religiosas que profanas), mas será essa ideia que preside à organização desta antologia e orienta esta leitura do rei Dinis, da força de Isabel, e do seu tempo.

A dificuldade na selecção dos poemas foi grande – tanto mais que há boas publicações recentes feitas por medievalistas. Porém, do revisitar dos versos surgiu aquela hipótese. Primeiro, devido à sugestão de volume, tridimensionalidade, dramatismo – a fisicalidade – que ressalta dos poemas: «Um leitor actual poderá interrogar-se como pode um mesmo trovador simultaneamente chorar dramaticamente a sua coita por uma senhor inatingível e imaterial, dar delicadamente voz ao corpo bem-talhado e sensual da amiga e narrar as suas proezas vernáculas, por exemplo com a soldadeira Marinha Me-jouxi. Concretamente, como pode D. Dinis cantar ao mesmo tempo a ‘soidade’ da sua ‘senhor’, a flor do verde pino e a lorbaga (que é uma planta laxante)? Mais do que a questão da sinceridade poética (que não nos levaria aqui longe)

ou da irrupção do reprimido nas cantigas satíricas (que me parece uma categoria não-operacional, já que o suposto reprimido é aqui norma poética explícita), creio que o que está aqui realmente em jogo são códigos estéticos inseparáveis da própria forma medieval de olhar o corpo.» [Lopes, 2003:7]. Fugindo à classificação tradicional das cantigas – amor, amigo e escárnio – descobre-se uma enorme variedade temática de comportamentos, físicos é certo, mas também e principalmente psicológicos: como se D. Dinis se tivesse divertido a elaborar um quase catálogo de relacionamentos possíveis entre amigos e donas, de variedades de amores, encontros e desencontros, submetendo as regras do *fin'amor* ao teste do silogismo aristotélico e recriando um código do *fin'amor* «às avessas».

Quando morre, em Santarém, em Janeiro de 1325, assim o saudou o povo: «*El-Rei D. Diniz fez tudo quanto quis*». Um comentário que, por detrás do jocoso, exprime a admiração – não é fácil a qualquer um fazer o que quer, menos ainda rei e no num tempo tão conturbado.

Sabe-se que desenvolveu o comércio – criou feiras *francas*; fez o primeiro tratado mercantil com os ingleses (1308); protegeu exportações – com as primeiras remessas de excedentes de minérios (cobre, prata estanho e ferro) para os países do Norte; desempenhou o papel de árbitro em críticas contendas internacionais de peso; organiza o país em zonas além das freguesias; manda usar e usa o português vernáculo como língua oficial; cria a primeira universidade.

Em 1208 o papa lançara a cruzada contra os Albigenses, uma guerra civil que vai durar 20 anos. Havia 800 igrejas independentes em França, dirigidas indiferentemente por homens e/ou mulheres, que pregam nos seus vernáculos. O perigo da heresia é também combatido no terreno pelas Ordens que se estão a formar – cister, franciscanos e dominicanos. Simon de Montfort ficou famoso pelas suas perseguições aos cátaros – há referência que em sua casa reteve Jaime I, pai de Isabel de Aragão, até aos 12 anos. S. Domingos institui a Inquisição (1231). Anexam-se territórios, fazem-se saques (em Béziers, *lo grand mazel* a grande carnificina). As cruzadas, consolidando o regime feudal, o prestígio da classe aristocrática, fazem cristalizar um ideal humano – o do cavaleiro que toma a cruz, sem medo e sem mácula. São tema dos romances de cavalaria, inaugurados com *Tristão e Isolda* de Béroul (1150) a contar a paixão fatal dos amantes da Cornualha.

Dinis, à semelhança do seu cunhado, Jaime II, dá corpo à marinha

sob um almirante de origem genovesa – Manuel Pessanha em Portugal (1317) Rogério de Lória, vencedor da batalha naval de Tunes (1279) em Aragão (1283).

Não menosprezando a originalidade do nosso rei, pelas datas percebe-se que muitos dos seus comportamentos e actividades seguem de perto as decisões tomadas por aquele irmão de Isabel em muitos dos campos. Primeiro que tudo, as deslocações pelo país fora; depois, a criação de instituições paralelas; depois ainda, a solução para intrincados problemas internacionais: D. Dinis consegue evitar a expulsão dos Templários, com a criação da Ordem de Cristo (*Ordo Militiae Jesu Christo* pela bula *Ad ae equibus* de 15 de Março de 1319 pelo papa João XXII), Jaime II, o Justo, faz o mesmo, com a criação da Ordem de Montesa (bula datada de 10 de Junho de 1317, a regra a 22 de Novembro e aceitação a 3 de Dezembro de 1317). Existe uma carta de Isabel para o irmão a pedir a nomeação de um Prior para a Ordem do Hospital – que seja amigo de Portugal e Espanha – Hospital que foi a primeira Ordem de Cavalaria instituída como herdeira directa dos Templários [Loução 2004, 2005]. Outras coincidências surgem da correspondência de Jaime II de Aragão, cartas também para Jacques de Molay. Em 1295 (23 de Janeiro) o Mestre Templário manda-lhe notícia a Gerona da eleição do papa Bonifacio VIII, no Natal anterior [Estal 2009:108]. Em 1302 refere a destituição e re-instituição de Frei Berenguer de Cardona como seu vigário geral da Ordem em Aragão. Isabel de Cardona é sobrinha e uma das damas da rainha portuguesa. Pode tratar-se de casualidades culturais, de época, ou resultado de uma acção concertada entre governantes, uma hipótese que ressalta da consulta dos Itinerários reais (mesmo tendo em conta as discrepâncias dos calendários).

Também em termos religiosos Dinis é confrontado com uma sucessão de problemas. Começa por pedir a Martinho IV (1281-1285) que levante a excomunhão sobre Portugal e seu pai Afonso III. Só em 1289 consegue restabelecer relações com o papado – pela bula *Cum olim* de Nicolau IV (1288-1292), terminando, assim, uma luta que durara 22 anos entre o seu reino e a Igreja. Assiste ao Cisma do Ocidente – a existência de dois papas em simultâneo em Roma e Avinhão. Clemente V (1264-1314) é imposto por Filipe o Belo, que consegue que o vigário retire a excomunhão à família real francesa, mude o local da Santa Sé para território franco, e ordene a destruição dos Cavaleiros Templários (1307). Após dois anos de vazio, é eleito João XXII (1249-1334) em 1316. Há guerras entre Guelfos, do partido papal de Filipe V, conde de Anjou, e Gibelinos, o partido imperial de

Luis IV, que invade Roma e elege o franciscano Nicolau V (1328). Isabel, última descendente dos Hohenstaufen, é gibelina. Os conflitos culminam no massacre das Vésperas Sicilianas, em Março do ano do contrato de casamento de Dinis com Isabel (1282).

Apesar da prosa de Rui de Pina, a enaltecer o conúbio, com o agrado de Pedro III: «*que sa filha de sa casa partiria com nome de rainha*», o facto é que também Aragão se encontra excomungado; estando em conflito com a Santa Sé seria importante não ter problemas de consanguinidade a precisarem de isenções. Por outro lado, os dois reinos criam uma aliança na retaguarda da sua maior ameaça (Castela), enquanto apoiam a mútua hegemonia no mediterrâneo.

De entre as funções do senhor feudal uma das mais importantes é a distribuição da justiça e dela resultam conflitos com as várias classes – há eclesiásticos que excomungam os colectores de impostos; poderá ver-se na obrigação de embargar bens de nobres. Os casos podem ir da resolução de contendas entre pares a legislar sobre o número de cavalos permitidos a cada senhor, ou sobre a utilização de mulas. Parte das grandes discórdias de Dinis com o irmão Afonso, e o Infante Afonso surgem pela posse de terras. O filho quer para si «*o Regimento da Justiça do Reino*» [Pina 1729:110]. Os actos legislativos de D. Dinis acabam na sua maioria a ser registados por escrito – e podem ser encontrados no que virá a ser publicado posteriormente sob o nome de Ordenações Alfonsinas.

Para distribuir justiça e governar o reino, no exercício do seu poder, os reis deslocam-se permanentemente por todo o território – daí a importância dos Itinerários, que nos dão conta dos locais em que estiveram, e quando. Esta mobilidade não seria fácil, dado as condições de transportes ao tempo; mas contam com os paços reais para pousarem das cavalgadas pelo caminho, ou vão por barco – rios adentro, ou ao longo da costa. É também por cabotagem que Jaime II passa a sua vida a viajar, dentro do seu reino de Aragão, entre Valência e Barcelona, bem como pelas possessões do Reino da Sicília, Ilhas de Maiorca, até Roma. Levam consigo as suas rainhas, ou viajam estas do mesmo modo por conta e necessidades próprias.

Muitos dos negócios são tratados por escrito, pelo caminho; chegaram-nos referências e alguns dos documentos. Por eles se percebe que as informações verdadeiramente importantes eram transmitidas de viva voz, pelo mensageiro do senhor ao seu destinatário. Levam cartas de apresen-

tação instando os receptores a acreditar no que lhes dizem, como «*palavras suas*», do destinador, que nunca saberemos quais foram.

É neste período que se consolidam os senhorios. Similares aos feudos, consistem na doação hereditária de terras e vassalos em pagamento por serviços prestados, ou como recompensa. Afonso III, dizem os cronistas, foi demasiado generoso com os nobres. Mas a concessão de terras faz parte do processo de cristianização dos territórios conquistados. D. Dinis aparece dividido entre dois comportamentos contraditórios, por um lado, dar senhorios a sul do Tejo, de preferência longe da fronteira com Castela; por outro, a Norte, fazer Inquirições para saber quem possui o quê, e obrigar a regressar à coroa o máximo de propriedades possível.

Os senhores, donos da terra, vão ser ordenados segundo títulos nobiliárquicos. Estes têm por função reforçar a hierarquia feudal, estabelecer os graus de servidão e dependência. A pirâmide da vassalagem feudal tem no seu topo o imperador (o rei do mundo), a seguir os reis, duques, condes e marqueses (senhores de ducados, condados e marcas), depois os senhores dos grandes feudos, governando barões, infanções, cavaleiros, escudeiros, etc.). Uma estrutura que se repete tanto em termos de clero secular (papa, arcebispos, bispos, cónegos) quanto regular (provinciais das ordens religiosas, abades e monjas de mosteiros); nas ordens militares (mestres, cavaleiros, escudeiros). Embora sejam ambos homens livres, a diferença de peso entre vassalo e servo é que o primeiro é nobre, o segundo um camponês com o destino amarrado ao da terra que trabalha.

Em qualquer dos pontos da hierarquia as relações de vassalagem – também clientelismo ou séquito – exercem-se relativamente a um superior imediato que oferece protecção em troca de serviços e fidelidade. Este sistema vai ser transposto e decalcado na relação amorosa do cavaleiro com a sua dama, do trovador com a sua dona (em 1439, Juan Rodrigues del Padrón, irá intitular a sua obra sobre o amor cortês *Siervo Libre de Amor*).

A reger as relações nesta pirâmide hierárquica incrustada na terra, além da legislação que vai emergindo, começam a surgir tratados pedagógicos para a educação dos senhores, os Espelhos de Príncipes. O primeiro de um português, *Speculum Regum*, é escrito em Tavira (1341-1344) por Frei Álvaro Pais (1275-1352). Provavelmente filho ilegítimo do trovador Paio Gomez Charinho, franciscano dos *fraticelli*, o Bispo de Silves baseia-se em *De Regimine principum* de S. Tomás de Aquino, cujas propostas surgem contami-

nadas com as posições exaradas em *Las Siete Partidas*, de Afonso X, o Sábio (1221-1284), rei de Castela e Leão, avô de D. Dinis. Destes textos ressalta um esboço da doutrina político-religiosa que terá inspirado o rei português. Há uma hierarquia de qualidade nos seres, e convém que sejam os superiores e melhores a governar. O rei, enquanto representante de Deus na terra, deverá seguir o *recto caminho* (contra o *perverso caminho* dos tiranos). Há uma adaptação teológica da teoria política de Aristóteles, que vai contribuir para o conceito de um «governante escolástico». Especificamente, S. Tomás de Aquinas retrata o governante como um artista, atribuindo-lhe o papel de fabrico da cidade, e feitura de súbditos virtuosos.

Assim, a ética e política de D. Dinis, qualquer que tivesse sido, rege-se por uma estética (naturalmente que muito pré-kantiana), com efeitos práticos e concretos. A demanda da beleza por parte do artista tem assim a sua fundamentação teórica na filosofia tomista, e é posta em prática – dentro das suas limitações e possibilidades – na criação do reino, da cidade (também agostiniana), que são sempre de Deus.

O PODER DAS DONAS

A linguagem da pirâmide feudal irá ser transposta para os escritos do tempo, prosa e poesia, e também reger relacionamentos mais particulares entre os indivíduos, numa monarquia ainda muito próxima da estrutura dos clãs, e suas células familiares.

Quando D. Dinis se desloca a Castela, por causa do Tratado de Alcanises (1297), dizem os cronistas que leva 1000 pessoas no seu séquito. Sabe-se que Isabel e a filha o acompanham. Por tal decerto haveria muitas outras mulheres na comitiva. Na entrada que D. Dinis fez, em Julho de 1298, no reino de Castela em socorro de Fernando IV, contra seu tio o infante D. João e seus pares, Isabel acompanha-o até á fronteira. Fica no Sabugal, enquanto o rei marcha até Ciudad-Rodrigo. A rainha-mãe de Castela, D. Maria de Molina, com o filho e a nora vêm ter consigo – e a pedido de Isabel as duas rainhas encontraram-se na fronteira castelhana em Fuente-Guinaldo. Isabel regressa ao Sabugal, onde fica à espera do marido.

Ao cristianizar-se, a poligamia bárbara retirou aos chefes dos clãs uma das mais fortes estratégias de parentela e criação de aliados – o casamento. Em consequência, os senhores recorrem ao assassínio das mulheres para poderem casar segunda vez, ou optam pela alternativa menos sanguino-



Fragmento de um poema musicado de D. Dinis. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

lenta das relações extra-matrimoniais que contribuem para o desenvolvimento das linhagens, as barregãs. Trata-se, pois de um comportamento social: «*uma das estratégias políticas utilizadas pelos monarcas portugueses durante toda a Idade Média para ampliar e solidificar sua permanência no poder apoiava-se nos favores que recebiam de uma nobreza constituída por linhagens de bastardia régia. Essa prática política mostrou-se mais significativa ainda quando os filhos bastardos dos reis constituíram-se em aliados importantes para auxiliar os monarcas nos seus projectos políticos*» [Gimenez 2005:70]. Considere-se apenas o grupo de consanguinidade mais próximo de uma célula familiar alargada – avós, tias, mãe, mulher. Membro de uma estrutura de parentesco típica do tempo que tem por objectivo consolidar e fortalecer o governo da terra – logo, as propriedades do senhor – os interesses sociais e colectivos sobrepõem-se aos individuais, num percurso de importância inverso ao tamanho da pirâmide, aqui o topo representado pelo rei. E por norma são problemas de poder.

Quando sobre ao trono, com 18 anos, Dinis entra em conflito com a mãe; esta, que já tem o seu governo, quer ser nomeada regente e o filho não aceita. Beatriz Afonso de Castela e Leão (1242-1303) herdeira de Alcozea, Salmeran e Vadesliras, filha ilegítima de Afonso X de Castela e Maior Guillén de Gusmão, foi enterrada no Mosteiro de Alcoaba. Nas histórias oficiais terá acabado por casar com o rei em 1253, aos 11 anos. Mas Matilde II de Borgonha, a lédima mulher, só morre em 1258 e apresentou os seus protestos junto da Santa Sé. Terá isto contribuído para a excomunhão do par pelos Bispos de Portugal e mesmo pelo papa, que proibiu se celebrasse missa onde quer que passassem. O problema só vai ser resolvido pelo próprio Dinis junto de Urbano IV. Desta união nasceram Branca de Castela (1259-1321) abadessa do convento de Huelgas; Fernando (1260-1262); Afonso (1263-1312) senhor de Portalegre, que irá casar com (e assassinar) a filha de Dom Juan Manuel, Violante Manuel de Castela; Maria de Portugal (1264-1304) freira no Convento de Santa Cruz em Coimbra; Constança (1266-1271) e Vicente (1268-1271). Como se pode ver, três dos sete irmãos de D. Dinis morrem logo na infância. Por sua vez, a avó, Maior, filha de Guillén de Gusmão (1205-1262), é referida como não tendo casado com Afonso XI. Morre em 1262, sendo enterrada no mosteiro das Clarissas de São Miguel do Monte. O seu túmulo, considerado uma das grandes obras funerárias da Idade Média, desaparece depois de trasladado a Alcocer, em 1939. É deste ramo que vai sair a Casa de Medina-Sidónia.

Afonso III, tem também outros filhos de outras uniões – uma delas

com uma moura, Madragana convertida em Mor Alfonso, filha de Aloandro ben Bekar, moçárabe de origem judia, último alcaide de Faro. Desta relação nasce Martim Afonso Chichorro (1250-1213) que irá casar com Inês Lourenço de Valadares, filha de Maria Mendes, e neta de D. Mem Garcia dos Sosas. Aparece aquele como rico-homem e conselheiro de peso na corte do seu meio-irmão Dinis.

A reger as redes familiares, casamentos e parentescos está em vigor, até ao século XI, o código visigótico, com as suas doutrinas relativamente tolerantes. Segundo esta lei, a mulher não traz dote para o casamento, apenas: «*talvez, alguns objectos móveis que se podem considerar da natureza de enxoval, e que efectivamente se chamam, em alguns forais de Castela, 'ajovar' ou 'assuvar', d'onde o nome moderno de 'ajuar'.* Aos bens que o marido dava à mulher chamava-se 'dote' ou 'arrhas' [...] *Havia também outra doação feita pelo marido, chamada 'compra do corpo', que às vezes parece confundir-se com as 'arrhas', outras designar uma doação distinta.*» [Figanière 1859:xiii]. Como prova destas práticas cita um contrato de casamento (1273) entre D. Gonçalo Garcia, alferes de Afonso III e depois conde, com D. Leonor, uma das filhas naturais do rei, que recebe dote do pai e *arras* do marido. D. Gonçalo dá a D. Leonor, *por compra de seu corpo*, a metade de todos os seus herdamentos para sempre e hereditariamente caso houvesse filhos e o casamento não fosse desfeito por algum motivo. Na circunstância do casamento de Dinis com Isabel, por diploma de 24 de Abril de 1281, o rei introduz a grande novidade legislativa de fazer uma doação *propter nuptias* à noiva, que declara receber por mulher, das vilas de Óbidos, Abrantes e Porto de Mós por toda a sua vida. Isabel é a primeira princesa a trazer dote do pai. Já depois de casado com *palavras de presente* (1288) Dinis irá fazer uma escritura de doação relativa à vila de Mirandela, em 28 de Junho de 1301, com *conselho e outorga* de Isabel e dos bispos, para a *compra do seu corpo* a Branca Lourenço de Valadares, «*que transmitiria aos filhos caso tivesse algum*» [Pizarro 2008:297]. D. Branca, que já tem 31 anos, é filha do conselheiro, do pai e seu, Lourenço Soares de Valadares, tenente de Riba Vouga (1279) e Riba Minho (1279, 1287) e de Dona Sancha Nunes de Chancim, é casada com Martim Anes de Briteiros (1290). Dinis tem 40 anos.

Todos os senhores da Península – e seus vizinhos – estão a conquistar território ou consolidar fronteiras pela guerra e pelas coligações – que desencadeiam donativos e legados. D. Dinis recebe os Algarves por herança de Afonso X, seu avô, de quem seria herdeiro entretanto tornado legítimo, dado o enlace daquele com Beatriz de Castela ter sido anulado.

Assim, o casamento entre Dinis e Isabel, antes de tudo – e de acordo com as normas da época – é um acto político e económico. Uma aliança, como tantas outras, que procura unir territórios, duas casas régias, com o fim de estabelecer uma rede de relações amistosas entre reinos, alimentar uma estrutura de parentesco que vai influir em toda a comunidade. Aprazado tendo a infanta 11 anos, vem a realizar-se apenas em 1288. Num contrato deste tipo não se espera que os conjugues se apaixonem um pelo outro, mas que cumpram a sua função social – e no caso, estando (quase) no topo da pirâmide feudal, têm todos os olhares sobre si.

Isabel teve três irmãos bastardos: Pedro e Sancho, filhos de D. Ignez Zapata; João era irmão inteiro de D. Beatriz de Cardona. Destes, o mais velho, veio para Portugal em 1297, onde se estabeleceu, casando com D. Constança Mendes Petite, referido apenas no primeiro testamento; no segundo é substituído pelo filho D. Afonso, rico-homem, com *ração* em Mancellos.

A educação de Isabel terá tido como objectivo o poder auxiliar o trabalho de um marido-rei, servindo de intermediária relativamente à parentela em circunstâncias de conflito nacional ou internacional. Por exemplo, usa a sua influência para nomear pessoas para cargos que pudessem ser de responsabilidade – como no caso do já mencionado pedido de provimento do novo Prior da Ordem do Hospital, por carta (Maio 1304) a seu irmão Jaime II: «*E vos sabedes bem em como Gonçalo Perez Comendador do que essa Ordem a em Santarem servio per muytas vezes a vos e a mym e ElRey envia rogar per sas cartas ao Maestre de Ultramar que o faça Prior mayor dessa Ordem no Regno de Portugal...*» e Jaime responde rapidamente: «*Reyna ermana recebemos vuestra carta que nos enbiastes com mençom que escrevesemos al maestre d'Ultramar quanto mas afficadamente pudéssemos que feziesses prior mayor a Gonçalo Perez comendador de Sanctarem en el regno de Portugal (...)* escrevemos muy curajosamente al maestro d'Útramar que por homem amigo avemos faya el dicho Gonsalvo Perez prior mayor en regno de Portugal...» [Gimenez 2005 :122]. Serve igualmente de medianeira nos desaguidos entre marido e filho, com o objectivo sempre de salvaguardar o seu território, que é o património da família, da linhagem.

Nos primeiros tempos da monarquia, os diplomas públicos para serem válidos exigiam ser confirmados por senhores e prelados, mas também pela rainha e herdeiros – com a fórmula *com conselho e outorga de*. Implica que o marido não possa vender ou alienar bens de raiz sem o acordo da mulher. Em 1273, Beatriz, a mãe de Dinis, aparece em duplicado,

no início e no fim do documento, aprovando o que o rei mandava, mas ainda determinando que tipo de consentimento estava a dar: «*Elrey manda outorgoo e prometo de o teer saltio por mi e por meus filhos e por mhas filhas que nom dou nem outorgo a eles (aos corregedores) poder de fazer milha rem sobelas doações e sobre los aleamentos que fez elRey don Sancho hyrmao do sobre dicto Rey don Affonso*». [Figanière 1859:xxxiv]. Os historiadores entendem que se trata de uma mera fórmula retórica, ditada pelo rei, à qual a rainha obedecia. Mas se repararmos que ela tinha notários e escrivães na sua casa, e que pôs um processo ao rei quando da legitimação dos sobrinhos, este outorgar não será meramente simbólico.

Isabel de Aragão utilizava dois selos diferentes para lacrar as suas missivas, doações e contratos – uma fita, ou cordão inserido num buraco da carta, fechado com cera colorida. Esta era gravada com o seu escudo – as armas portuguesas de um lado, e as de Aragão do outro, e a legenda «*si: (sigillum) Domne : Elisabethe: Regine: Portugalie: Et: AlGarbii*». O selo real dos reis de Aragão que era usado unicamente pelo rei, como expressão da sua soberania, pois substituem a assinatura. [Figanière 1859:l]

Isabel – junto com os filhos Constança e Afonso – está presente na assinatura do tratado de paz que põe termo aos conflitos com Castela (Setembro de 1297), autenticado com *conselho e outorga* suas em Alcanises. Trégua, após um conflito de ano e meio que vai terminar com o casamento de Constança com o rei inimigo. Diz o cronista: «*tanto que foram acabados os ditos escaibos, e concordias, e todalas as outras coisas sobre as quais os reis haviam algumas dúvidas, e debates, logo elRei Dom Fernando recebeu por palavras de futuro a Infanta Dona Constança, filha delRei Dom Diniz*» [Pina 1729:63], um casamento ajuramentado até que a morte os separasse (promessa que não foi cumprida, dando origem a conflito posterior), mesmo antes de dispensa papal, necessária por demasiada consanguinidade (eram todos primos). Constança tem 7 anos e Fernando 12; irão dar as suas *palavras de presente* em 1302 em Valladolid. O filho de ambos será rei de Castela, Afonso XI, com 1 ano de idade. Também desse encontro: «*D. Dinis trouxe logo para Portugal consigo, e por esposa do infante D. Afonso seu filho, a Infante Dona Beatriz, irmã del-rei Dom Fernando [...] a qual sendo ainda muito moça, andou honradamente em caza delRei Dom Diniz, enquanto ambos eram somente casados por palavras de futuro...*» [Pina 1729:65], vindo a dar as *palavras de presente* em 1307. Estes casamentos têm também uma outra função de legalizar e reconhecer os ilídimos de Sancho II (à revelia dos legítimos Afonso e João de La Cerda, descendentes do falecido

primogénito, Fernando de La Cerda, nomeados como herdeiros por Afonso X). As guerras vão continuar entre Fernando IV e os Lacerdas. Depois é a vez de Jaime II, na sua corte, com presença de Dinis e Isabel, discutir e decidir sobre o segundo e simultâneo rei de Castela, Afonso de Lacerda, em Tarragona (1300). Vão ainda organizar mais dois casamentos, o do irmão mais novo de Afonso, Fernando de Lacerda com Joana Nunes de Lara, e o da filha bastarda de Dinis, Maria Afonso com João Afonso de Lacerda; por sua vez, o legítimo Infante Afonso português fica prometido a Beatriz de Molina e Castela, co-cunhada: «*E ali em Aguda os três reis Despanha que eram juntos, e assim o Infante Dom João, firmaram todos os quatro suas amizades, e lianças, para daí em diante eles, e seus sucessores, serem para sempre amigos de amigos, e inimigos de inimigos, e se porventura algum deles em sua vida, ou depois algum que deles descendesse fosse contra esta paz, e amizade, e liança, que os outros dois fossem contra ele*» [Pina 1729:66] tudo a ser confirmado pelo papa e garantido com excomunhões. Daqui saem também sempre dádivas e empréstimos – D. Diniz, que já dera um milhão de maravedis a Fernando IV (o genro), empresta ainda dez mil dobras de ouro ao cunhado Jaime II, para despesas.

É fascinante o malabarismo de D. Dinis – e de Isabel – neste conjunto de alianças. Casam a lédima Constança com um usurpador, e a bastarda Maria Afonso com o neto do herdeiro legítimo; o lédimo Infante Afonso fica prometido a Beatriz de Molina e Castela, co-cunhada, filha do seu tio Sancho IV que é inimigo do cunhado Fernando. É enorme a confusão, aumentada pelo facto de os nomes próprios dos ilegítimos serem réplica dos lédimos.

É neste contexto que deverá ser entendido o comportamento de Isabel seja quanto ao apoio dado ao marido-rei, à protecção alargada aos filhos daquele, à relação tida por demasiado santa ou liberal relativamente a concubinas, barregãs e seus descendentes. Tendo em conta estas estratégias matrimoniais, e uso do casamento como arma, torna-se evidente que Isabel não poderá ter ciúmes de Dinis pelas suas traições como concebe o cronista: «*porém se diz que ela não mostrava receber por isso paixão, nem escândalo algum, antes como esquecida, e não tocada de dores e paixões tão comuns às mulheres [...] e sobre isto fazia o que parecia mais duro, e menos para fazer, que era dar de vestir às amas que criavam os tais filhos delRei, e fazer e procurar mercês aos aios que os ensinavam*» [Pina 1729:34-35].

Todavia, há dois grandes conflitos entre Dinis e Isabel, além dos referidos pela história relativamente ao herdeiro Afonso, em que um deles pa-

rece estar a ser usado para escamotear o outro. Isabel põe um processo ao rei opondo-se à legitimação dos sobrinhos, que Dinis legaliza em 1297. São os filhos do cunhado Afonso, que casou com Violante Manuel senhora de Elche e Medellin. Esta é irmã de D. Juan Manuel, infante de Castela, sobrinha de Jaime II e logo também de Isabel. Violante morre assassinada pelo marido. Jaime pede explicações, que Dinis demora a dar [Pizzarro 2008:285]. Aqui há uma discrepância de datas – ou de calendários – uma vez que Afonso é dado a falecer em 1312, e Violante é morta em 1314 mas não de factos. Um problema deste tipo poderia dar origem a desencontros no casal – porque o crime afecta a linhagem, propriedades e heranças, a honra das famílias. Em 1317, serve de pretexto ao Infante Afonso para desencadear o segundo surto de hostilidades, usando o rei o protesto de Isabel para des-legitimizar as demandas da sobrinha Isabel de Biscaya. Uma ofensa à rainha, que não parece incomodada com o assunto [Figanière 1859:159].

Há porém um outro conflito surdo entre Dinis e Isabel, posterior a 1319 e que já eclodiu sem remissão em 20 de Junho 1322. Esta hipótese é fundamentada nas mudanças que patenteiam os vários testamentos de cada um, mantendo-se, embora, sempre testamenteiros um do outro. Nos primeiros testamentos de Dinis (1299) e Isabel (1319) ambos destinam ser enterrados em Alcobaça. No 2º. e 3º. testamentos (1322 e 1324) de Dinis este já determina que o seu corpo vá para o Convento de Odivelas, enquanto Isabel, no seu 2º. testamento (1297, já depois da morte do rei) estabelece ser enterrada no Mosteiro de Santa Clara em Coimbra. Mais do que uma mera divergência religiosa – Odivelas segue a regra beneditina, Coimbra a das clarissas urbanistas – um acto deste tipo, não encontrado em outros documentos reais de casais desavindos, tem sérias implicações simbólicas uma vez que declara que não se querem encontrar de novo quando da ressurreição dos corpos, no Juízo Final.

Em 1321 Isabel é banida para Alenquer por Dinis: «*E mandou elRey a Rainha pera Alenquer, por tal que ho Iffante não ouuese recado por ela do que ele comtra o Iffante quysese fazer*» [Gimenez 2005:59]; isto significará que ela tem uma rede de mensageiros e informadores que o rei não consegue controlar. Aqui, mais grave do que o exílio, é ele retirar-lhe todas as doações que lhe havia feito pré-nupciais e por *arras*, privando-a dos rendimentos das vilas de Óbidos, Abrantes, Porto de Mós Leiria Torres Novas e Atouguia. Os respectivos alcaldes visitam-na em Alenquer oferecendo-lhe as suas forças para o caso de querer fazer valer os seus direitos. A rainha recusa.

Descobre-se neste momento que Isabel havia enviado cópia dos documentos das doações feitas por Dinis quando da promessa de casamento (1282), autenticados por testemunhas, ao Abade de Santas Cruzes em Barcelona para que lhos guardasse em depósito; e que os deve ter mandado buscar porque há um recibo daquele com a data de 25 de Setembro 1321. A *Crónica* só refere a rapidamente a devolução [Pina 1729:150].

Na *Casa da Rainha* existia uma corte numerosa, que os historiadores descrevem a partir de doações em vida e cláusulas dos testamentos.

São várias as damas de companhia. Vataça ou Bataça Lascaris (1268-1336), uma bizantina de origem real, filha de Eudóxia de Niceia, que viera para Portugal com Isabel; casou com Martim Anes, filho de João Gil de Soverosa. Seria também informadora da rainha sobre o que se passava na corte de Castela, onde vai ainda ser aia do Infante Dom Afonso. Regressa a Portugal, às suas propriedades de Santiago do Cacém, e depois acompanha Isabel a Coimbra, ficando o seu túmulo na Sé Velha. Isabel de Cardona (irmã de Leonor, Beatriz e Guilherme), sobrinhos da rainha, filha de D. Raimundo de Cardona e Dona Beatriz (uma irmã bastarda de Isabel) que vem a ser a segunda abadessa de Santa Clara. Berenguer de Cardona é o último Mestre do Templo para Aragão e Catalunha (1300-1301). A D. Raimundo, fidalgo espanhol que foi alferes do infante D. Afonso, D. Dinis concede o privilégio de poder comprar o castelo de Mourão 1313 e 1317, tendo-o entretanto exilado em 1316. D. Maria Ximenes Coronel, aragonesa que veio na companhia da rainha, é irmã de Pedro Coronel, senhor de Alfajarim, descendente de um dos ricos-homens de Jaime I; mais tarde, foi a segunda infeliz mulher do conde D. Pedro de Barcellos. A condessa Leonor Afonso, filha ilegítima de D. Afonso III, está na casa da rainha em 1286, sendo já viúva do segundo marido, o conde D. Gonçalo Garcia de Sousa; entrou também depois no convento de Santa Clara. Joana Gonçalves, irmã de Mor Dias, será a 1^a. abadessa de Santa Clara de Coimbra fundado em 1283. Outras damas como Urraca Vasques, Constança Martins, Maria Annes, Joana e Sancha Peres (tendo a segunda sido ama de leite do Infante seu filho), D. Guilhamona, e Maria Soares. Duas irmãs colaças vindas de Aragão, uma delas Marquesa Rodrigues a quem chama «sua aia». As camareiras Estevainha Martins, filha de Martim Gomes Ansures e Dona Teresa Fernandes, casada uma primeira vez com Henrique Soares de Barbudo, e a segunda vez com Vicente Anes César. E ainda as *covilheiras do seu corpo*.

Entre os funcionários masculinos destaca-se Berengário de Monroch, arcediogo de Jativa em Aragão, que terá vindo no séquito nupcial; vai servir-lhe de embaixador a pedido do papa (1317), indo a Itália para tentar sanar os conflitos entre o seu irmão, Frederico da Sicília e Roberto de Nápoles. Os mordomos-mores Lourenço Martins Escola (1287 e 1289) que foi alcaide-mor de Lisboa; e D. Martim Gil de Sousa (ou Riba Vizela), 2.º conde de Barcelos (que recebe o título por casar com D. Violante Sanches, cunhados do bastardo Afonso Sanches). Gonçalo Peres Ribeiro, genro de Lourenço Martins Escola (1324 e 1327). Como Chanceleres há os Mestres Pedro, seu médico desde a chegada a Portugal (que exercia ainda em 1288), e Martinho (1314) também medico do rei. Estevão Dade, que presidiu à real Colegiada de Guimarães como regente do Mosteiro de Mumadona, chantre de Viseu (1327; 1336). Os ouvidores Pero Esteves, o Barbadão, que casou com Maria Anes (1330), ao serviço de 1327 até à morte da rainha, cónego de Silves. João Çoudo (1333); Estevão da Guarda, pagem vindo com ela de Aragão, e que chegou a escrivão do rei. Lourenço Peres, ou Pires, casado com Constança Anes, que está ao serviço em 1331, e Martim Afonso (1336). Frei Pedro Serra da ordem dos Mercenários, que terá sido o confessor particular de Isabel. Frei Estêvão de Santarém, da Ordem da Trindade, que em 1318 tinha o título de confessor-mor, que foi Bispo de Lisboa, Porto e Cuenta; participou no Concílio de Avinhão, onde intervém sobre o problema da pobreza evangélica. Os franciscanos Frei João Paes e Frei Salvado ou Salvador Martins, este Bispo de Lamego, seu testamenteiro e primeiro hagiógrafo. Os padres confessores da Ordem de Santo Agostinho D. Domingos Martins, cónego de Santa Cruz, e D. Domingos Pascoal que foi eleito prior de Santa Cruz. Mestre Gonçalo ou Gonçalo Esteves (1920, 1936) e Pero Soares, arcediogo de Viseu (1321) professores nos Estudos em Coimbra. Os porteiros Pedro Paes e João Peres. Os vassallos, denominados *meu homem* Vicente Monteiro, João e Giraldo Martins, João Rodrigues, este de *criação*. E ainda notários (6), escrivães (7), o estribeiro, o tesoureiro, o cevadeiro e os seus *criados homens de pé*.

E calcula-se que, com todas as doações que lhe são feitas por D. Dinis, que só param em 1318 com Atouguia, ela tenha uma renda anual superior a 16.000 mil libras.

Quando o rei adocece, Isabel acompanha-o e trata dele. Diz Pina que, assim que ele morre, Isabel se retira para mudar de roupa, vestir o hábito das Clarissas que trazia consigo, antes ainda de tratar do cadáver. Salvaguarda-

-se dos riscos de despojamento que correm as viúvas, e terá na memória exemplos infelizes. O de sua mãe, Constança da Sicília, que quando morre Palmerio di Vita (1279), perde a sua casa em Messina e tem que regressar a Marselha; é o filho Jaime II quem a recompensa, e traslada a mãe a um convento de Clarissas em Barcelona, onde morre (1302). O de Mor Dias, fundadora do Mosteiro de Santa Clara, que é espoliada pelos frades de Santa Cruz.

Isabel traz consigo o hábito de clarissa que pretende usar sem fazer qualquer espécie de votos: *«Especialmente porque por minha idade e grandes enfermidades não poderia suportar os grandes encargos e trabalhos da religião, mas posto que eu esse hábito vista e traga, por isso não deixarei a minha casa, nem as donas e donzelas que comigo vivem, mas prazendo a Deus, espero trazer estas e tomar outras como filhas, e irmãs, e casá-las, e aviá-las com o que eu puder dos meus bens e fazenda porque, como disse [...] que minha alma fique livre para de minha fazenda sem algum outro encargo, ou obrigação de religião, poder dispor livremente de tudo o que por bem tiver, e assim o tenho dito e declarado muitas vezes ao Infante Dom Afonso meu filho, e a Frei João meu confessor»* [Pina 1729:156] tudo isto tinha sido escrito ainda antes de o rei morrer, em latim e português, com testemunhas.

Isabel muda-se para o paço que mandara construir junto ao Convento inicialmente de Santa Clara e Santa Isabel em Coimbra. Aquando da sagração da Igreja do Mosteiro, a 8 de Julho de 1330, o seu túmulo estava pronto e colocado no local escolhido. Continua a sua actividade laica, de rainha-mãe conselheira, medianeira de conflitos, mas dedica-se principalmente ao desenvolvimento e consolidação do seu mosteiro. Morre em Extremoz, a 4 de Julho de 1336, vítima das suas embaixadas e da peste. Regressa a Coimbra ao seu túmulo.

Isabel recebeu educação franciscana, e isso terá naturalmente fundamentado e orientado os actos da sua vida. Sendo rica e poderosa, como o seu rei, também pode fazer o que quer, também tem a obrigação de contribuir para a melhoria e embelezamento do mundo, e dos seus súbditos. Porque, em termos franciscanos, a caridade é uma responsabilidade de partilha do físico e do espiritual.

Vimos que, em caso de necessidade, a força do parentesco biológico se impõe acima dos interesses pessoais. Isabel responsabiliza-se pelos membros da sua casa, protege e educa os bastardos de Dinis. Alarga a ligação de consanguinidade com a criação dos vínculos emocionais da *criação* e materiais da vassalagem próprios da sociedade feudal. Ao acolhê-los em sua casa, torna-os seus a-filhados, dando-lhes direitos e recebendo em troca a fidei-

dade aos interesses da família ou da linhagem. Ao apoiar as respectivas amas, está a consolidar uma outra relação, a de irmãos de leite, ou colaços, que ela também teve. Há tradições nacionais que podem servir de exemplo, em 1243, Martim Martins, irmão colaço de D. Sancho II ascende ao cargo de Grão-mestre da Ordem do Templo.

Na família legítima, Maria de Portugal, filha de Afonso VI, tem problemas com o marido, Afonso XI, que alimenta uma escandalosa relação com a jovem viúva Dona Leonor de Gusmão, que dura até à sua morte. Esta inteligente barregã transforma-se numa das mulheres mais poderosas da Europa do seu tempo, desencadeando a ira de D. Dinis e Isabel, mas conseguindo terras e títulos para a sua descendência.

Quanto a bastardias, a história de Portugal está cheia de exemplos desde a fundação. D. Teresa (1070-1132), a mãe de D. Afonso Henriques, era filha ilegítima de Afonso VI de Leão e Jimena Muñoz, descendente de D. Munio Rodríguez de Guzmán y Da. Na altura, por herança visigótica, o casamento da rainha confere o título ao consorte – o que vai acontecer com sua irmã Urraca I de Leão, reconhecida em Toledo (1108). Mas as alianças têm que ser aprovadas pela nobreza – o que não aconteceu nos dois casos.

Como se tem visto, D. Dinis vai usar os seus filhos naturais para reforçar a sua parentela, estabelecer redes de alianças junto de famílias nobres, nacionais ou fora de fronteiras: *«E veyo / a / aver filhos doutras donas; saber: D. Alfonso Sanches, que depoys ho chamarom d Albuquerque, que este D. Alfonso foy depoys casado com Da Branqua, filha de Pero Anes de Portugal, filho de D. João dAboym, e de Da Costamça Mendez, filha de D. Martim Garcia de Sousa; e D. Pedro que depoys foy conde em Portugal, e D. João Afonso. E este D. João Afonso ouue El Rey de huma boa dona do Porto; e D. Fernando Sanches, e Da Marja, que casou D. João de la Çerda. E outra Da Marja, que foy monja em Odiuelas.»* [Pina 1759:95].

Assim, como filhos naturais, ainda solteiro, de Maria Pires (?-?), uma boa dona do Porto de Gaança, dama de qualidade, tem João Afonso (1280-1325) senhor da Lousã e de Arouca, com *ração* no mosteiro de Tibães; casa com Dona Joana Ponce de Leon (1315); tem carta de legitimação dada em Coimbra (1317). Nos últimos anos de vida de D. Dinis, serviu de alferes-mor do Reino, certamente por ausência do irmão Pedro Afonso exilado em Castela. Foi mordomo-mor da rainha e do rei após o desterro de seu outro irmão D. Afonso Sanches. Afonso IV, ao quinto mês de seu reinado, a 4 de Junho de 1326, mandou-o degolar.

129
M Provençaes soe' mui' bẽ Trobar
E dize' eles q' e' cõ amor
De Lav' os q' Trobã no Jẽpo da frol
E non e' outro sep eu bẽ q' nã
Amã a grã coyta no seu coraçõ.
Q' meu por mha senhor uero leuar

q Pero q' Trobã e' sabe' loar
Sas senhores o mays eo melhor
Que eles podẽ são sabedor
Que os q' Trobã q' da frol sazo
A enõ antes deis mi pardon
No an tal coyta q' eu' se par

monzali son boni parhi s

Há ainda notícia de Pedro Afonso (1280-?) segundo do nome, casado com D. Maria Mendes, tida por descendente dos padroeiros do Mosteiro de Bouro, como tal pretendendo ajuda de casamento, conforme seria costume antigo. A isso obstou D. Dinis como se conclui de uma carta que nesse sentido dirigiu a Pedro Esteves, meirinho-mor de Além Douro. Foi sepultado na capela de Santa Isabel, na Sé de Lisboa.

Fernão Sanches (1280-1329) o terceiro filho varão nascido antes dos legítimos, casou com D. Froilhe Anes de Briteiros, filha de D. João Rodrigues de Briteiros, senhor da quinta e Paço de Briteiros na freguesia de São Salvador de Briteiros, concelho de Guimarães, e de sua mulher D. Guiomar Gil de Soverosa, ilustres fidalgos. É neta paterna de D. Rui Gomes de Briteiros, rico homem, mordomo-mor de D. Afonso III.

Já posteriores ao casamento tem, de Marinha Gomes (c. 1260-?), dama nobre, natural de Lisboa onde fundou a Igreja de Santa Marinha, e com sepultura no demolido convento de S. Domingos de Santarém, uma primeira Maria Afonso (1290-1340) – a que Dinis casou com João de La Cerda (1295-1347). Foi senhora de Gibraleon em Huelva, na Andaluzia, e teve descendência. Há uma segunda filha com o mesmo nome, que acaba em Odivelas (?- 1320).

De Grácia Frois (1265-1322), natural de Torres Vedras, senhora de vastas propriedades na Ribeira de Gracia ou Sacavém e que vem a morrer em Lisboa, tem Pedro Afonso (1287-1354), o 3º conde de Barcelos (1314), provável autor do *Livro de Linhagens*, e também de um Cancioneiro. Foi alferes-mor do Reino, mordomo-mor de sua cunhada a Infanta D. Brites, e já vimos o papel de peso que desempenhou na corte.

De Aldonça Rodrigues Talha tem Afonso Sanches (1286-1329), senhor de Albuquerque, que casa com Teresa (1304) filha de João Afonso de Meneses. É ele o objecto dos ciúmes do herdeiro, e motivo das querelas. Os seus filhos – João Afonso e Martim Gil – são envenenados por Pedro I de Castela.

Mais que um ato de santidade ou uma característica da amabilidade da soberana legítima para com os bastardos de Dinis, é possível afirmar que suas atitudes se instituía[m] como uma prática reservada às muitas damas e rainhas do seu tempo, ou seja, benfeitoras: *«credenciadas dos jovens criados na corte, na maioria parentes próximos do senhor e que elas deviam por essa razão amimar e lisonjear, elas apareciam-lhes como a mãe de quem tinham sido brutalmente arrancados ao se[m] da infância»*. [Gimenez 2005:73]. Não pare-

ce, no entanto que o motivo seja apenas emocional ou caridoso, até porque, como vimos, também os filhos legítimos são arrancados a suas mães.

Trata-se antes de uma prática política, uma forma de exercício do poder, que contribui para consolidar a rede de alianças nobiliárias, na qual Isabel – como as outras mães, independentemente da sua legalidade, muito se empenharam.

DAMA POETRIA

No sentido que lhe damos hoje, o termo poesia é tardio. Ao tempo de Dinis e Isabel chama-se Poetria e tem um lugar secundário, é uma sub-divisão da Gramática uma das partes da Retórica (*trivium*). A Dama Retórica.

O ensino da arte poética enquanto tal aparece encabeçado pelo livro *Ars Poetria* de Geoffrey de VinSauf (fl.1200), com o objectivo de substituir o manual então comumente usado, a *Arte Poética* de Horácio, seguindo o modelo da *Retórica* de Cícero. Havia então poéticas, no sentido que hoje lhes damos, de manuais com as regras de escrita, e uma delas, sobre a arte de trovar, abre o *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*.

Já sobre o papel dos trovadores, em 1274, Guiraut Riquier, vai dirigir uma *Súplica* a Afonso X de Castela, para que regularize a profissão e a distinga, hierarquicamente, do jogral: «*não se lhes [aos trovadores] deveria fazer tal injustiça, pois Deus quer honrá-los com tal sabedoria que não se poderia encontrar igual no mundo via humana. Em todos os outros conhecimentos, tem valor uma boa doutrina, mas se Deus não leva o homem a iniciar-se na arte de trovar, não a dominará nunca. É bem verdade que, se tiver em si mesmo a capacidade, o homem pode obter aperfeiçoamento, ensinando; mas por si mesmo, de fato, não teria por onde começar*». E o rei dá a sua resposta: «*É muito justo que esses sejam chamados trovadores e sejam denominados 'doutores em trovar' essas pessoas de valor que, com ciência e bom senso, fazem versos e canções e outras boas composições proveitosas e agradáveis pelos seus belos ensinamentos. E assim a sua obra se tornará ilustre*» [Pizzorusso 1966:110]

O primeiro trovador é Guilherme IX de Poitiers ou de Aquitânia (1071-1127), também o primeiro a escrever em vulgar. Em inícios do século XII a arte atinge a plenitude com Bertrand de Born, Arnaud Daniel (o inspirador de Petrarca) e Giraud de Bornelh. Escrevem em occitano – a língua de Oc – uma *lenga* romana, distinta do latim. À língua de Oil atribui-se uma melhor capacidade para domar a prosa dos épicos.

Trovar, nestas línguas, significa «encontrar» – com o sentido retórico de descobrir as melhores ideias e as palavras mais adequadas para as expor. A divulgação destes modos da poesia é atribuída ao êxodo provocado pela cruzada contra os Albigenses. Mas há mobilidades e encontros outros, como os cruzados na terra santa.

O provençal é um dos dialectos do occitano (inclui as zonas de Aquitânia, Albi, Aragão, Catalunha). Pertence ao grupo das línguas romance – francês, italiano, espanhol, catalão, português e romeno. Esta familiaridade origina que muitas das palavras usadas num dos idiomas sejam facilmente entendidas pelos falantes das outras. Para o caso, os vocábulos chave usados nestas poesias – amor, cantar, dona – são praticamente homófonos.

Independentemente de origens e dialectos, o importante aqui é que estes poetas utilizaram a linguagem popular, o vulgar dos respectivos espaços geográficos para compor, e que elevam esses falares acima do vulgar pela cultura e prática artísticas.

DONAS E TROVADORES

O tema das cantigas trovadorescas – de amigo ou de amor – é o *fin'amor* (gentil amor). As suas regras foram registadas com precisão nas cortes de Leonor de Aquitânia (1122-1204) e Marie de France (1145-1198), e podem ser listadas: o casamento não pode impedir de amar; só quem é ciumento pode amar; não se pode amar duas mulheres ao mesmo tempo; o amor aumenta ou diminui, renova-se sem cessar; o amante nada pode conseguir sem o acordo da sua dona; o homem só pode amar depois da puberdade; quando da morte da amada, é necessário esperar dois anos para se dedicar a um novo amor; ninguém deve ser privado do ser amado sem razões de peso; só se pode amar incitado pelo amor; o apaixonado não é avarento; o amante deve amar uma senhora de condição superior à sua; o amante perfeito só deseja as carícias da sua amada; o amor tem que ser secreto se quiser durar; a conquista amorosa deve ser difícil: é o que dá o seu preço ao amor; o amante perfeito empalidece diante da amada; quando um amante vislumbra o objecto do seu amor, o coração sobressalta-se-lhe; um novo amor expulsa o antigo; só a virtude torna digno de ser amado; quando o amor diminui, e desaparece, muito raramente ressuscitará; o apaixonado vive em terror; o ciúme faz crescer o amor; quando o amante desconfia da amada, aumentam o ciúme e a paixão; atormentado pelo

amor, o amante dorme pouco e come mal; o amante deve agir pensando na sua dama; o perfeito amante só gosta do que pensa agradar à sua dama; o amante nada pode recusar à eleita do seu coração; o amante nunca se sacia dos prazeres que lhe oferece a sua dama; a mais pequena suspeita incita o amante a desconfiar do pior relativamente à sua amada; amor não rima com luxúria; o verdadeiro amante está obcecado sem descanso pela imagem da que ama; nada impede uma mulher de ser amada por dois homens, e um homem de ser amado por duas mulheres.

Cantigas e amor vão decalcar as estruturas sociais, nas relações entre a dona e o seu servo. À semelhança dos romances de cavalaria seus contemporâneos (o *Tristão e Isolda* de Bérout, de 1285?, *Amadis*, *Li Queste di Saint Graal*) concebem uma hierarquia de entidades, um estatuto mais elevado da dona que o poeta transforma em objecto de idealização e inacessível ao desejo. A prova máxima e suprema, o *Assag* (ensaio) – é um dos seus rituais, entendido como a derradeira revelação do *fin'amor*, experiência máxima da *joy d'amor* (os amantes deitam-se juntos, nus, sem se tocarem). Este *Ensaio*, defendido como prática socrática em Platão (*Banquete*) vai ser verbalizado nos cantos dos vários poetas. A *joy* do amor, provocada por uma mulher física, tem por objecto o Amor-arquétipo, e apresenta contaminações cáteras logo no contrariar da procriação.

Esta invenção dos trovadores surge como uma recusa desdenhosa de limitar o amor à simples satisfação do instinto sexual. É a partir deste conceito que se desenvolvem as teorias (e práticas) do eros ocidental, enquanto sublimação ou espiritualizar do impulso elementar. Elaboradas no decurso do renascimento dos séculos XII e XIII (a *rinascità* italiana) atingem a sua glória com o *Dolce Stil Nuovo*.

Os seus representantes, os *Fedele D'Amore* ocidentais, irão caracterizar-se pela sua vocação para o sofrimento (*endura*) e desejo de absoluto. Constroem todo um ritual amoroso em que está implícito, não só a ocultação do amor e do seu objecto, como também a necessidade de afastamento dos amantes, o obstáculo que instaura e alimenta a paixão [Rougemont 1989] de modo a suspender indefinidamente a satisfação do desejo.

Eros vai assumir formas patológicas, parente chegado da melancolia *nigra* e *canina*. Manifesta-se por insónia, anorexia, e um estado de apatia geral, a que se contrapõe o brilho do olhar. É pelo olhar que se comunica a infecção: a imagem do/a amado/a penetra no espírito pelos olhos e, através do nervo óptico, comunica com o espírito sensível (o *pneuma*) que forma o senso comum. A patologia erótica do amor trovadoresco surge marcada

positivamente. É resultado de uma vontade deformante que força uma inversão de valores no que respeita ao conceito de doença: o mal amoroso é a verdadeira saúde da alma e do corpo, porque constitui a receita de uma experiência espiritual suprema. Um excesso que acaba por ser conhecimento, porque é conversão e iluminação divina, e Deus o seu princípio e fim. O estado platónico é semanticamente enaltecido, e passa a ser aplicado aos estados superiores da alma. O furor amoroso, o impulso que leva à fusão extática amante/amado, é base provável das teorias dos *Fedele d'Amore*.

O encontro com a Verdade, a Ideia, ou Deus, desencadeia uma experiência paradoxal: é triunfante e definitivo porque fica registado na memória do indivíduo, é efêmero e nunca final porque, sendo alcançado através do êxtase – a saída de si próprio – se perde no momento em que a alma retorna ao corpo. Impossível de coabitar na materialidade e de se sujeitar ao tempo, a saída de si torna-se um instante de revelação que vai marcar e transformar, definitivamente, o indivíduo – e logo, o seu discurso.

Esta perspectiva filosófica do êxtase tem a sua contrapartida no Gnosticismo. A topologia externa do percurso mítico da subida da alma atravessando as esferas dos arcontes até à reintegração, à Sabedoria, é encenada e reproduzida enquanto percurso interno de transformação individual, psicológico.

É pois fácil associar o *fin'amor* ao Gnosticismo que se manifesta sob a forma de heresia cátara. Ambos têm como objecto o Um divino, o absoluto, único e inacessível – a Ideia neo-platónica – do qual, porém, não se desviam apesar da certeza de nunca conseguir o êxito. Ambos se comprazem no sofrimento implícito nessa situação. Porém, na filosofia o amor é clarividente – a imagem fantástica é reconhecida como tal – e activo – o sujeito não só controla como manipula o seu próprio aparelho fantástico/emocional. Têm ainda em comum a aspiração à morte que surge com a peculiaridade de ser uma etapa entre o estado anterior ao amor (a contemplação da espécie divina através da sua representação sensível, o momento em que se instaura o desejo) e o estado subsequente ao amor (o momento em que o «eu» se aliena e perde consciência de si). Optam também ambos pelo recorrer ao discurso – da poesia nos trovadores – e o hipostasiar da figura da mulher – Ideia, Verdade, Deus. Do sofrimento amargo e doce resulta então a *joi*, e a sua expressão poética.

As cantigas e amor vão decalcar as estruturas sociais, nas relações entre a dona e o seu servo, mas também na hierarquização da qualidade do



D. Dinis, o rei trovador. Pintura de Carlos Alberto Santos.

trovador, do percurso da sua aprendizagem, da sua escrita, e da sua música – deverá ser exímio em pelo menos uns seis a nove instrumentos. A *canço* de amor oferece o elogio superlativo da dama, a observação das regras do *fin'amor*, a queixa pela coita, e a *mesura*, que é a tradução dos vários níveis de vassalagem amorosa: o primeiro grau é o de *fenhedor* (fingidor), o segundo de *precador* (suplicante), o terceiro de *entendedor*, e o quarto de *drudo* (amigo, amado).

Tecnicamente, a expressão escrita do *fin'amor* obedece a formas – métricas, rimáticas, melódicas – bem determinadas: a *canço* (canção) é a mais vulgar, cinco ou seis dísticos com as mesmas rimas; a alva/alvorada a descrever brevemente o acordar dos amantes; a *serena* (música em língua de Oil) traz as lamentações do cavaleiro apaixonado; o sirventês é usado para as sátiras políticas e sociais; o *planto*, o canto de luto; o partimento ou *joc-partit*, e a tensão permitem o debate sobre o amor; a pastorela, descreve o amor por uma pastora; a balada, é para ser dançada. A sextina vai corresponder ao apogeu do *trobar ric* e *trobar clus*, explorados por Arnaut Daniel. Forma e conteúdo aparecem ligados nesta classificação dos versos. No *trobar ric* (rico) o amor é obscuro e claro, compreensível e incompreensível, e a *canço* deverá manifestá-lo. Os trovares *leu* (ligeiro) e *clus* (obscuro) não só retratam diferentes concepções do amor, como o segundo vai implicar um maior esforço de compreensão por parte do destinatário, pois joga com o sentido literal das palavras, e o sentido apenas sonoro – a linguagem dos pássaros. Vai ter como seu primeiro e grande cultor Marcabru (1130-1150).

A linguagem dos pássaros é um sistema de código que se entende ter sido inventado pelos trovadores a fim de fazer passar uma mensagem secreta para as autoridades, em particular eclesiásticas. Trata-se de um falar fictício – porque depende essencialmente da oralidade – que consiste em descobrir um segundo sentido nas palavras, ou numa frase, a partir de homofonias. Por exemplo, em francês, *bonheur* (felicidade) pode ser homófono de *bonne heure* (cedo). Vestígios desta prática encontram-se ainda nalguns letrados de estalagens antigas. Em francês, *Au Lion d'Or* (o leão de ouro), pode ser entendido como *Au lit on dort* (na cama dorme-se) com o sentido de que se pode ali pousar. Em inglês, *The white hart* (o veado branco) pode ser entendido como um local seguro, *white heart* (coração puro). Este procedimento musical, usado na exploração da *joi* pela escrita, instituiu-se como a *gaya scienza*. E no *gai saber* associam-se a técnica, a liberdade de espírito, a capacidade de invenção e filosofia.

Como se pode perceber é ainda grande a diferença – não de qualidade – entre a prática provençal e peninsular, embora as regras do *fin'amor* sejam idênticas, por importação.

Em galaico-português entende-se como primeira manifestação literária da poesia trovadoresca uma cantiga de maldizer, de João Soarez de Pavia (1198 ou 1199), e o seu fim é marcado com a redacção do testamento e morte de D. Pedro Afonso, conde de Barcelos (1354), o filho de D. Dinis.

O resultado das produções poéticas galaico-portuguesas aparece compendiado nos vários cancioneiros – *Vaticana, Ajuda, Biblioteca Nacional* – já bastante estudados. Menos são-no as composições musicais que por norma acompanhariam cada poema por falta de documentação.

Em 1966, a descoberta do *Pergaminho Sherrer* (1991), com sete cantigas de amor de D. Dinis, junto com a respectiva notação musical, veio permitir um enorme avanço [Ferreira 2005]. É que, embora todas as cantigas medievais galego-portuguesas tenham sido escritas para serem cantadas, poucas foram as partituras remanescentes de cantigas profanas. Conhecem-se apenas as de seis cantigas de amigo de Martim Codax que sobreviveram no *Pergaminho Vindel*.

Melhor sorte tiveram as cantigas medievais religiosas. As 420 *Cantigas de Santa Maria*, de Afonso X (1121-1284), mandadas compilar pelo avô de D. Dinis na segunda metade do século XIII, sobreviveram, com notação musical, em quatro códices. Isto permite a comparação entre os vários registos existentes para cada poema, dando maior fiabilidade à interpretação dos respectivos versos e música.

A relação dos textos com a musicalidade tem sido também abordada de outra forma, por combinação com os estudos linguísticos. Os textos poéticos, ao serem metrificados – divisão em versos, uso da rima – trazem já informações que permitem decifrar os acentos e ritmos. Mas há problemas decorrentes da evolução da língua que só comparativamente se poderão detectar. Por exemplo, o E final dos verbos terminados em –ER, como *perdeu*, era mais aberto e não rima com palavras como *eu, deu*. Segundo Gladis Massini-Cagliari: «a ocorrência da *paragoge* sustenta-se na ocorrência de *melismas* na notação musical, que exigiriam uma *silabação*, na realização cantada, apoiada na existência de uma *sílab*a a mais, gerada a partir do *acréscimo* de uma vogal *paragógica*, sobretudo em final de verso e de *hemistíquios*. Trata-se exactamente do mesmo fenómeno já verificado por Ferreira (1986:139), para as cantigas de amigo de Martim Codax presentes no 'Pergaminho Vindel' (N1, N5 e N7)». [2008:13].

Estes dois problemas – o musical e o linguístico – interferem desde logo com a possibilidade de interpretação de homofonias – com a linguagem dos pássaros – em que o galaico-português também parece não ser tão flexível. Por curiosidade, o conhecido *El libro de las consonantes o Gaya Ciencia* de Pero Guillén Segovia (1413-1474), com título *Gaya o Silva copiosísima de consonantes para alivio de trovadores*, é um dicionário de rimas.

Retomando aqui o tema inicial da galeria, será um pouco de tudo isto que se vai encontrar na poesia de D. Dinis. O respeito pela experiência do amor-conhecimento filosofia na linha dos *Fedele d'amore*; o cumprir com as regras estabelecidas na corte de Leonor de Aquitânia para o *fin'amor*; também – e aqui o ponto controverso – o quebrar de todas essas regras pré-estabelecidas, uma a uma, sucessiva e premeditadamente, como se as usasse como anti-tema. E ainda, uma paleta de comportamentos e emoções, estados psicológicos, modos de relacionamento que surgem da constelação do universo feminino de que se rodeou.

A sua tese poética é, sem dúvida, trovadoresca: o melhor canto é o de amor dirigido à Dama, fonte de toda a excelência do trovar. Se a dama é única, o canto deve ser único, e a perfeição do trovar vai de par com a qualidade da dona.

A DAMA DO TROVADOR

No geral os poemas podem dividir-se em dois grandes grupos: os de amor infeliz – porque não correspondido, ou porque os amantes se encontram separados (o impedimento à paixão) – e os de amor feliz (que de certo modo contradizem as teorias de Rougemont).

O dramatismo resulta muito do uso dos diálogos – nalguns casos sugerindo que o canto dos versos seria feito por mais do que uma pessoa (contraponto) – e também pela existência de mais do que uma personagem; por norma as situações são triangulares (amiga/confidente/amigo) e, nalguns casos, chegam a duplicar-se (narrativa de conversas; recados).

De entre o volume dos 137 poemas deixados por D. Dinis, reteremos apenas alguns em que sejam mais evidentes o diálogo com os códigos do amor provençal, e a galeria de algumas das figuras femininas que deles se podem retirar.

Começando com o texto «Proençaes soem mui bem trobar» [1] este

tem sido enquadrado na categoria das ‘cantigas de maldizer’. Todavia, os aspectos formais e a prosódia denunciam-no como uma ‘cantiga de amor de maestria’. Trata-se de uma «*canso unisonans*», pois o esquema rimático repete-se de estrofe para estrofe (abbcca); as rimas são agudas, completas, hirsutas e nobres (am-or). «*Cap-caudadas*» na ligação entre as estrofes (levar/louvar; par/alegrar), mas dá-se o abandono do «*leixa-pren*» (o primeiro verso da 2ª. estrofe não é igual ao último da 1ª.). Apresenta três estrofes de 6 versos, decassílabos, com cesura provençal (4+6) no primeiro verso, para passar depois à da nossa arte tradicional (5+5). As três sextilhas aproximam o poema da canção clássica, o grande verso do tema amoroso.

O poema começa pois com uma afirmação – uma tese: «Provençais soem muito bem trovar» – que vai ser desenvolvida pelas três estrofes segundo o que se poderia chamar de silogismo de uma lógica aristotélica (um argumento que consiste em três proposições ou sentenças categóricas: duas premissas e uma conclusão). O «bem trovar» tem por implicação, e eixo de contrariedade, o seu oposto: «trovar mal». Esta suspeita é introduzida logo no segundo verso pelo tempo verbal – «dizem eles» – confirmada pela adversativa seguinte («Mas»). Cria-se uma oposição entre o «eu» lírico e o grupo dos trovadores provençais («eles»), do qual aquele se exclui. A divisão surge a demarcar a actividade – «bem trovar» – pela especificação: «os que trovam no tempo da flor, e não em outro» fazendo um salto lógico para a comparação entre a diferença das «coitas», transpondo-se para uma implícita relação de dependência entre o sofrimento de amor e a escrita.

Estabelece-se uma dicotomia entre «eu»/«eles»; o «bem trovar» dos provençais vai ser caracterizado como efémero (sujeito ao «tempo da flor») esporádico e primaveril, associado a um amor natural. O raciocínio desenvolve-se pelas estrofes seguintes – organizando-se por premissas de contraditoriedade (se «eles» trovam bem, «eu» trovaria mal; mas como se provou que «eles» trovam mal, só o «eu» trova bem), desculpando-se os trovadores (fazem o melhor que podem) e agravando-se com o júbilo experimentado «a alegrar-se vão», muito longe da verdadeira *joi d’amor*. A esta ligeireza vai sendo contraposto o sofrimento do «eu», a «tanta coita», «coita sem par» «perdição» que o «há-de matar». Desenham-se, assim, dois tipos de amor que inspiram dois tipos de trovar – o provençal, que de bom se revela como leviano e negativo, pois é inspirado pelo amor instintual; e o do «eu», «sabe-dor» sofrendo a coita permanente do verdadeiro Amor que perdura além das estações. Os primeiros são *fenhedores*, o segundo é um *drudo*.

Desta leitura do poema poderia ser considerado como pertencendo ao

«*trobar leu*»; mas existe uma outra proposta decorrente da teorização sobre o *fin'amor* que vai transformar o poema em «*trobar ric*», e depois mesmo em «*trobar clus*». O trovador canta inspirado pela sua Senhor. O melhor canto é o de amor pela Dama, fonte de toda a excelência do trovar. Ou seja, a qualidade do canto depende, e é directamente proporcional, à qualidade da Dona. Quanto melhor, mais bela, maior a qualidade dos versos que a dizem. A Dona do «eu» é assim superior à dona dos trovadores e, logo, também a sua escrita reflectirá essa perfeição. Mais ainda, se a Dona for a Sabedoria, ou a divina Sofia, D. Dinis estaria a também a insinuar que a crença dos trovadores – a sua heresia de pendor cáтары – seria inferior em qualidade à que ele professa, origem de morte e «perdiçon». É ele o único e verdadeiro fiel do amor.

Na sua obra, estas teses podem ser encontradas principalmente nos poemas classificados como 'cantigas de amor'. Os primeiros textos antologados são os que referem a escrita e o trovar. Em «Quer'eu em maneira de Provençal» [2], os versos finais reiteram a ideia de que só o «eu» lírico tem capacidade para poder falar – cantar – a sua Senhor «não sei hoj'eu quem/ possa compridamente no seu bem/ falar». Em «Oimais quer'eu já leixá-lo trobar» [3], o poeta pretende abandonar a escrita de par com o amor. Este continua a causar um sofrimento sem par, não havendo quem o possa experimentar de igual modo, nem escrever – «Pero eu dezer quisesse» [4] – porque a beleza da Senhor, sendo infinita, exigiria um canto igualmente único e infinito.

O último poema deste grupo relacionado com a escrita «Senhor, dezem-vos por meu mal» [5] introduz uma tónica completamente diferente que se aproxima das cantigas de amigo ou mesmo de maldizer (sugere-se a figura da intriguista). É um divertimento em que o poeta denuncia, por uma denegação, que escreve para si, por prazer, porque lhe apetece, e não por causa da dona – pelo menos não desta Dama.

A GALERIA DAS DONAS

Na abordagem da poesia dionisina qualquer tentativa de leitura de cariz pró-feminista seria redutora, porque se verifica que o poeta, sempre que faz o retrato de uma situação a apresenta no feminino e no masculino: ambos declaram as suas coitas (amiga e amigo); a amiga vaidosa tem o seu contraponto no amigo vaidoso ou gabarola, etc. Por exemplo, em «De

morrerdes por mi gram dereit'ê» (CBN 591; CV 194, NJ p. 48) a dona acha-se tão bela que o amigo bem pode morrer de amor por si, qualquer outro o faria, ela não tem que lhe agradecer; e em «Praz a mi, senhor, de moirer» (CBN 497; CV 80; NJ p.77) é o amigo vaidoso quem informa a senhor que a morte dele lhe fará muita falta, porque perderá um grande servidor.

A ironia de algumas destas situações surge em resultado da aplicação da lógica silogística à coda dos poemas, mas também pelo uso particular que é feito da Dama Retórica. A lírica dos poetas provençais traz a marca do que era teorizado nos seus compêndios do tempo [Bezzola 19XX:III]. Chama-se aqui apenas a atenção para as relações com o «*ornatus difficilis*» – o recurso a figuras para a perfeita expressão artística – que vai também ser usado como estratégia e marca do «*trobar clou*»: «*se o assunto original foi fraco, podemos dar-lhe outra aparência, séria e original, de maneira nova usando, a saber: a coisa possuída ao invés do possuidor; o imanente no lugar do transcendente; o consequente no lugar do antecedente; a parte ao invés do todo e vice-versa; a causa no lugar do efeito; o continente pelo conteúdo: o género pela espécie e vice-versa.*» [Riquer 1975:II 840-842]. Uma das figuras do «ornato difícil» é o *adynata*, herdeiro dos *impossibilia* antigos; trata-se de um metalogismo que consiste em criar uma situação irrealizável através do confronto com outra, descrita por uma perífrase hiperbólica e paradoxal. D. Dinis vai aplicar este processo à sua avaliação de algumas das leis do *fi-n'amor*. Desta diligência vêm a decorrer situações às vezes extravagantes que acabam a contaminar as personagens. Estas transformam-se assim em tipos de defeitos e virtudes muito próximas do humano comezinho. Tendo em conta a listagem atrás apresentada, faz-se um breve levantamento dos modos como algumas das suas regras são caricaturadas, ou levadas às suas últimas instâncias lógicas.

O casamento não pode impedir de amar. No poema «Quisera vosco falar de grado» [6] é posta em cena uma dona que deseja falar com o amigo, «de grado», mas não pode porque tem medo de uma entidade (o marido?) que aparece definido por «irado», «sanhudo», «esquivo», terminando a amaldiçoar quem a casou, ou quem a denunciou.

Só quem é ciumento pode amar, e que o ciúme faz crescer o amor. Em «Nostro Senhor, hajades bon grado» (CBN 522; CV 105; NJ p.101), a dona pensa que o amigo está apaixonado por outra, fica com ciúmes e por fim fala com ele: «cuidou bem/ que doutra eram os desejos meus/ porque sei bem que não me falara/ se do bem que eu lhe quero cuidara». Num segundo exemplo, «O que vos nunca cuidei a dizer» (CBN 526; CV 183; NJ p.105) o

amigo diz a sua coita, escondeu o amor, fingindo que gostava de outra: «por vos dar a entender/ por outra morria...».

Não se pode amar duas mulheres ao mesmo tempo, e vamos encontrar um amigo a servir duas donas: «Ai, fals'amigo e sem lealdade» (CBN 595; CV 198; NJ p.50), semeando intriga e embustes.

Nada impede uma mulher de ser amada por dois homens, e um homem de ser amado por duas mulheres. Em «Vós, que vos em vossos cantares meu/ amigo chamades» (CBN 561; CV 164; NJ p.29) assiste-se ao amor de duas mulheres pelo mesmo homem; o «eu» poético diz que não se importa, lhe é indiferente, porque ele é um fingidor, um mau amigo portanto. Este tema alarga-se pela maledicência. Já em «Amiga sey eu ben d'unha molher» [7], no desdobrar de um duplo triângulo amoroso, um «eu» feminino fala à amiga de uma mulher que lhe quer roubar o amigo – e descobre-se que o faz por despeito, porque ele a rejeitou. O triângulo amoroso duplica-se em: «O voss'amigo' ai amiga» [8] em que a confidente se transforma em alcoviteira/intriguista, acusando o amigo de traição, a terminar com um dístico muito pré-viceentino: «E faço mui gram dereito/ pois quero vosso proveito».

O amante nada pode conseguir sem o acordo da sua dona. Desta regra desenvolvem-se ironicamente as temáticas do amigo traidor, desobediente, ou apenas distraído. Em «Vai-s'ó meu amig' alhur, sem mim morar» (CBN 603; CV 206; NJ p.74), a dona proíbe o amigo de partir, mas dado ele não lhe obedecer, ameaça-o «de que perderia todo o bem». No poema «Meu amigo vem hoj'aqui / e diz que quer migo falar» (CBN 584; CV 187; NJ p.44), a dona informa que ele a vem visitar contra proibição sua de a ver; será um mau amigo, sem mesura, porque avaliou mal as suas palavras, e invoca a mãe como sua testemunha naquele processo. Já em «Nunca Deus fez tal coita qual eu hei» [9], o amigo, perturbado pela presença da senhor, esquece-se de lhe dizer o que queria, e quando volta atrás já não o consegue. Por sua vez, em «Um tal home sei eu, ai bem talhada» (CBN 514; CV 97; NJ p.94) o amigo solicita à dona «bem talhada» que se recorde dele, e ela esqueceu-se do amigo.

O amante deve amar uma senhora de condição superior à sua, proposta geralmente aceite de que o estatuto da dona seja hierarquicamente acima do do trovador. Segundo esta regra, o poema «Pois que vos fez Deus, mia senhor» [10] não pode ser lido como homenagem a Isabel de Aragão – que já é rainha. Se o trovador é o rei, dizer à dona «erades boa para rei», pretérito imperfeito do indicativo (descrição de factos passados, não con-

cluídos, ‘imperfeitos’) e pela implícita denegação (mas não sois) estaria a insultá-la.

Em paralelo, a regra que determina que *o amante deve agir pensando na sua dama*, vai servir de pretexto para um quadro psicológico em que o amigo ofende a amada sem dar por isso (sendo pois um falso-amigo): «Pesar me fez meu amigo» [11] que ela se apressa a desculpar: se ele tivesse dado por isso teria preferido morrer, ou foi mero estratagema para manter o segredo.

O segredo amoroso é um dos temas mais glosados, mas traz consigo algumas contradições, que vão ser exploradas mais evidentemente pelo recurso ao *adynata*. Assim, *o amor tem que ser secreto se quiser durar* mas, paradoxalmente, *o amante perfeito empalidece diante da amada, o coração sobressalta-se-lhe, come e dorme mal* – denuncia-se pelo seu aspecto físico, ou pelas suas reacções. Este problema vai ser dado com ironia em «O meu amig’, amiga, não quer’eu/ que haja gram pesar nem gram prazer» [12] e a dona confia nele; têm que manter o amor: ele não se pode curar, ela não lhe pode dar esperanças, e ele não pode morrer. Se ela mostra amor, ele cura-se (os outros vêem, perde-se o segredo); se mostra desamor, ele morre – um dilema que (não) é resolvido na coda: «E assi se pode seu tempo passar». Há uma inversão do processo em «O voss’ amigo tam de coração» [13] o amigo denuncia-se fisicamente – pelo olhar – quando vê a dona; mas todos percebem menos ela; revela-se, assim, mau amigo e um pouco idiota porque se esconde apenas daquela a quem deveria revelar os seus sentimentos. Uma outra variante aparece em «O voss’ amigo, amiga, vi andar» (CBN 574; Cv 178; NJ p.36) em que a confidente/mensageira informa a dona que o amigo é fiel porque, ironicamente, mostra todos os sinais do amor.

É grande o grande número de poemas que se poderiam enquadrar na questão referente ao obstáculo ao amor – *ninguém dever ser privado do ser amado sem razões de peso*. Por norma o amigo ou a amiga estão longe, e querem ou mandam recado. O tema também é tratado ironicamente em «Que muito há já que nom vejo» [14]; o amigo disse que voltaria, que mandaria notícias e não manda; jurou e chorou, mas não regressa; na coda é apresentado o dilema: «Mais pois não vem, nem envia/ mandad’, é mort’ou mentia». Nesta área caberá a incluir as cantigas que retratam as relações Mãe-filha. Há mães severas e tolerantes, mas as figuras mais curiosas são as das filhas rebeldes, em «Que coita houvestes, madr’e senhor» [15] a rapariga afirma que vai ver o amigo custe o que custar, e em «Gram tempo há, meu amigo, que nom quis deus» [16] em que a dona pede ao amigo

para fugirem os dois, à revelia da mãe, e pouco se importando com as consequências.

Esta pequena galeria será assaz representativa das temáticas abordadas por D. Dinis, do modo como se relaciona com a ideologia do *fin'amor*. Em particular pretende chamar a atenção para o requinte da sua prática poética, para o rigor com que cumpre as regras que lhe são oferecidas, o humor com que as quebra. E ainda, para a capacidade de olhar e retratar o que há de mais permanente no ser humano – comportamentos, emoções e psicologias – que podem contribuir para melhor interpretar o universo feminino de que se rodeou.

Para esta antologia foram consultados o *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, o *Cancioneiro da Vaticana* por Caetano Lopes de Moura e a edição da poesia completa – *D. Dinis – Cancioneiro* – de Nuno Júdice; a lição deste último foi seguida para os títulos em galaico-português. As notas de identificação dos poemas referem aqueles textos, pela ordem indicada. A transcrição para português moderno é da minha responsabilidade.

Helena Barbas



Afonso X, o Sábio, e a sua corte. Representação medieval.

BIBLIOGRAFIA

Cancioneiro da Biblioteca Nacional (Colocci-Brancuti). 1992. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Correia, Natália. 1970. *Trobas d'El-Rey D. Denis*. Alfragide: Galeria Panorama.

Júdice, Nuno, ed. 1997. *D. Dinis - Cancioneiro*. Lisboa: Teorema.

Pina, Ruy de. 1729. *Chronica DelRei D. Diniz Sexto de Portugal*. Lisboa: Off. Ferreiriana.

* * *

Bezzola, Reto R. 1958. *Les Origines et la Formation de la Littérature Courtoise en Occident (500-1200)*. Paris: Chamion.

Demurger, Alain. 2002. *The Last Templar*. Trad. Antonia Nevill. Londres: Profile Books.

Duby, G., e M. Perrot, Dir. 1993. *História das Mulheres no Ocidente: A Idade Média*. Porto: Afrontamento. v.2, p.353-435.

Estal, Juan Manuel, del. 2009. *Itinerario de Jaime II de Aragón (1291-1327)*. Zaragoza: Institution "Fernando el Católico" (C. S. I. C.).

Ferreira, Manuel Pedro. 2005. *Cantus Coronatus. 7 Cantigas d'El-Rei D. Dinis / by King Dinis of Portugal*. Kassel: Edition Reichenberg.

Figanière, Frederico Francisco, de la. 1859. *Memorias das Rainhas de Portugal*. Lisboa: Typographia Universal.

Franco, José Eduardo, e José Augusto Mourão. 2005. *A Influência de Joaquim de Flora em Portugal e na Europa – Escritos de Natália Correia Sobre a Utopia da Idade Feminina do Espírito Santo*. Lisboa: Roma Editora.

Gimenez, José Carlos. 2005. *A Rainha Isabel nas Estratégias Políticas da Península Ibérica: 1280-1336*. PhD. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/1884/6039/1/GIMENEZ_Tese.pdf

Lacerda, Fernando Correia, de. 1735. *História da Vida e Morte, Milagres, Canonização e Trasladação de Santa Isabel Sexta Rainha de Portugal*. Lisboa: Oficina de António de Sousa da Silva.

Lopes de Moura, Caetano. 1847. *Cancioneiro D'El Rei D. Diniz*. Paris: J. P. Aillaud.

Loução, Paulo Alexandre. 2004. *Os Templários na Formação de Portugal*, 9ª. Lisboa: Ésquilo.

_____. 2005. *Dos Templários à Nova Demanda do Graal*, 3ª. Lisboa: Ésquilo.

Loyn, H. R. 1991. *The Middle Ages*. Londres: Thames & Hudson.

Mancini, Mario. 1991. *Il Punto Su: I Trovatori*. Bari: Laterza.

- Marrou, Henri-Irenée. 1971. *Les Troubadours*. Paris: Seuil.
- Massini-Cagliari, Gladis. «Características prosódicas do Português Arcaico». Araraquara: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq Universidade Estadual Paulista/Unesp-Araraquara.
- _____. «Interface Fonologia-Poesia-Música: Uma análise do ritmo lingüístico do Português Arcaico, a partir da notação musical das Cantigas de Santa Maria». Universidade Estadual Paulista – UNESP-Araraquara / CNPq.
- Michaelis de Vasconcelos, Carolina. 1990. *Cancioneiro da Ajuda*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Mongelli, Lênia Márcia. 2009. «Fremosos cantos : reflexões metodológicas sobre a lírica galego-portuguesa». *Bulletin Du Centre D'études Médiévales D'Auxerre*, <http://cem.revues.org/index9112.html>(Hors série n.º. 2).
- Pinheiro Torres, Alexandre. 1977. *Antologia da Poesia Trovadoresca Galaico-Portuguesa*. Porto: Lello & Irmão.
- Pizzorusso, V. B. 1966. «La Supplica de Guiraut de Riquier e la riposta di Alfonso X di Castiglia». *Studi Mediolatini e Volgari*, 4: 9-135.
- Riquer, Martin de. 1983. *Los Trovadores - Historia Literaria y Textos*. Barcelona: Ariel.
- Roubaud, Jacques. 1971. *Les Troubadours - Anthologie Bilingue*. Paris: Seghers.
- Rougemont, Denis. 1989. *O Amor e o Ocidente*. Trad. Ana Hatherly. Lisboa: Moraes.
- Sampaio Bruno, J. 1960. *Os Cavaleiros do Amor*. Lisboa: Guimarães.
- Santinelli, Emmanuelle. 2005. *Des Femmes Éplorées? - Les Veuves dans la Société Aristocratique du Haut Moyen-Age*. Pas-de-Calais: Presses Universitaires du Septentrion.

ANTOLOGIA DE POEMAS DE D. DINIS

[1]

Provençais soem muito bem trovar
E dizem eles que é com amor
Mas os que trovam no tempo da flor
E não em outro, sei eu bem que não
Têm tanta coita no seu coração
Como pela minha senhor me vejo levar

Todavia trovam e sabem louvar
As suas senhoras o mais e o melhor
Que eles podem, sou sabedor
Que os que trovam na estação em que a flor
Seja e não antes, que Deus me perdoe,
Não têm tal coita quanto eu sei sem par

Porque os que trovam e a alegrar-se
Vão no tempo que tem a cor
Da flor consigo, em tanto que se for
Aquele tempo logo para trovar razão
Não têm, não vivem na perdição
Em que hoje vivo pois me há-de matar.

(CBN 524b; CV 127; NJ p.158)

[2]

Quero eu à maneira de Provençal
Fazer agora um cantar de amor
Quererei muito aí louvar a minha senhor
À qual preço nem formosura não faltam,
Nem bondade e mais o que dela direi
Tanto a fez Deus perfeita de bem
Que mais que todas do mundo vale.

Porque à minha senhor quis Deus fazê-la tal
Quando a fez, que a fez sabedora
De todo o bem e de muito grande valor
E com tudo isto é muito sociável
Ali onde deve ser, deu-lhe bom senso
Portanto não lhe fez pouco bem
Quando não quis que outra lhe fosse igual

Porque na minha senhor nunca Deus pôs mal
Mas pôs nela preço e beldade e louvor
E falar muito bem e rir melhor
Que outra mulher, portanto é leal
Muito, e por isso não sei hoje quem
Possa perfeitamente no seu bem
Falar, porque não há como o seu bem igual.

(CBN 520b; CV 123; NJ p.118)

[3]

Doravante quero já deixar o trovar
E quero desamparar-me de amor
E quero ir-me alguma terra buscar
Onde nunca se possa ser sabedor
Ela de mim, nem eu da minha senhor.
Pois que o eu viver aqui lhe é pesar.

Meu Deus que grave coisa de suportar
Que a mim será, ir-me de onde ela estiver,
Porque sei muito bem nunca poder achar
Nenhuma coisa onde haja sabor
A não ser da morte, mas tenho pavor
De a mim não ma querer Deus tão cedo dar.

Nunca fez Deus de tão grande coita par
Como a de que serei sofredor
Quando agora houver de me alongar
Desta terra onde está a melhor
De quantas são e de cujo louvor
Não se pode, pelo dizer, acabar.

(CBN 498; CV 81; NJ p.78)

[4]

Caso eu dizer quisesse
Creio que não o saberia
Dizer, nem tal poderia
Por mais poder que tivesse
A coita que o coitado
Sofre que é namorado
Nem sei de quem mo escrevesse.

Só aquele a quem desse
Amor coita todavia
Qual a mim dá noite e dia
Esse cuidado que aceitasse
O que digo muito avisado
Pois não há outro homem vivo
Que nisto crer pudesse

E assim quem bem conhece
Esta coita bem a diria.
Esse tal não duvidaria
De coita que Deus fizesse
Nem doutro mal afincado,
Não se fez tal nem é pensado
Por homem que igual tivesse.

(CNB 517b; CV 120; NJ p.115)

[5]

Senhor, dizem-vos por meu mal
Que não trovo com o vosso amor
Mas que o meu trovar é por sabor
E não me valha Deus nem ninguém
 Se eu trovo para me contentar
 Pois faz-me o vosso amor trovar

E essa que vos vai dizer
Que trovo por meu agrado
E não por vós, a quem quero bem
Mente, e mais não tenha eu prazer
 Se trovo para me contentar,
 Pois faz-me o vosso amor trovar.

E porém quem vos diz que não
Trovo por vós, que sempre amei
Mas pelo grande gosto que nisso hei
Mente, e mais Deus não me perdoe
 Se eu trovo para me contentar
 Pois faz-me o vosso amor trovar.

(CBN 509; CV 92; NJ p.89)

[6]

Quisera convosco falar de grado,
Ai meu amigo e meu namorado
Mas não ousou hoje convosco ir falar,
Porque tenho muito grande medo do irado.
 Irado faça Deus quem a ele me foi dar!

Em cuidados de mil formas travo
por vos dizer o com que me agravo
Mas não ousou hoje convosco ir falar,
Porque tenho muito grande medo do mal bravo
 Mal bravo faça Deus quem a ele me foi dar!

Grande pesar tenho amigo sofrido,
por vos dizer meu mal escondido;
Mas não ousou hoje convosco ir falar,
Porque tenho muito grande medo do sanhudo
 Sanhudo faça Deus quem a ele me foi dar!

Senhor do meu coração, cativo
Sois por eu viver com quem vivo
Mas não ousou hoje convosco ir falar
Porque tenho muito grande medo do esquivo.
 Esquivo faça Deus quem a ele me foi dar!

(CBN 585; CV 188; NJ p.45)

[7]

Amiga, sei eu bem de uma mulher
Que se dá ao trabalho de vos buscar
Mal ao vosso amigo, para o matar;
Mas tudo isto, amiga, ela quer
 Porque nunca com ele se pôde meter
 Que o pudesse por amigo ter.

E busca-lhe convosco quanto mal
Ela mais pode, e isto sei eu;
E tudo isto ela faz pelo seu
Só por este pleito, e não por outro,
 Porque nunca com ele se pôde meter
 Que o pudesse por amigo ter.

Ela trabalha-se há muito tempo
De lhe fazer o vosso desamor
Haver, e tem nisso muito gosto
E tudo isto, amiga, não é senão
 Porque nunca com ele se pôde meter
 Que o pudesse por amigo ter.

E por isto faz ela seu poder
para fazê-lo convosco perder.

(CBN 564; CV 167; NJ p.32)

[8]

O vosso amigo, ai amiga,
De quem vós muito vos fiais,
Tanto quero que saibais
Que uma, que Deus maldiga,
 Vo-lo tem louco e tolhido,
 E morra disso eu com despeito.

Não há nada que vos esconda,
Nem vos será encoberto,
Mas sabei bem por certo
Que uma, que Deus confunda,
 Vo-lo tem louco e tolhido,
 E morra disso eu com despeito.

Não sei mulher que se pague
De a ela outra o seu amigo
Roubar e por isso vos digo
Que uma, que Deus estrague,
 Vo-lo tem louco e tolhido,
 E morra disso eu com despeito.

E faço muito grande direito,
pois quero vosso proveito.

(CBN 594; CV 197; NJ p.49)

[9]

Nunca Deus fez tal coita qual eu hei
Com a coisa do mundo que mais amei,
Desde que a vi, e amei e amarei.
Noutro dia, quando a fui ver,
O Demo leve a coisa que lhe falei
De quanto lho antes cuidara dizer.

Mas assim que de diante dela me quitei
Do que antes cuidara me lembrei,
Que nenhuma coisa disso não minguei.
Mais quando lá quis tornar para a ver
E lho dizer, e me bem esforcei,
Para lho contar sequer não tive poder

(CBN 504; CV 87; NJ p.84)

[10]

Pois que vos Deus fez, minha senhora,
Fazer do bem sempre o melhor,
E vos fez dele tão sabedora,
Uma verdade vos direi,
Que me valha Nosso Senhor:
 Éreis boa para rei.

E pois sabeis entender
Sempre o melhor e escolher,
Verdade, vos quero dizer,
Senhor, que servi e servirei:
Pois vos Deus tal foi fazer,
 Éreis boa para rei.

E pois vos Deus nunca fez par
De bom senso nem de bem falar,
Nem fará já, a meu cuidar,
Minha senhor, por quanto bem tenho,
Se o Deus quisesse guisar,
 Éreis boa para rei.

(CBN 512; CV 95; NJ p.92)

[11]

Pesar me fez meu amigo,
Amiga, mais sei eu que não
Cuidou ele no seu coração
De me dar pesar, pois vos digo
 Que antes queria morrer
 Do que a mim um só pesar fazer.

Não cuidou que me pesasse
Do que fez, porque sei muito bem
Que do que foi não fora nada,
Porém sei, se nisso cuidasse,
 Que antes queria morrer
 Do que a mim um só pesar fazer.

Fê-lo por encoberta,
Porque sei que se iria matar
Antes que a mim fazer pesar,
E por isto estou certa
 Que antes queria morrer
 Do que a mim um só pesar fazer.

Porque morrer ou de viver
sabe ele que está no meu poder.

(CBN 563; CV 166; NJ p.31)

[12]

O meu amigo, amiga, não quer
Que haja grande pesar, nem grande prazer,
E quer-me neste pleito assim trazer,
Porque confio tanto no feitio seu
 Não o quero curar, nem matar,
 Nem o quero de mim desesperar.

Porque se lhe amor mostrasse, bem sei
Que lhe seria disso um tão grande bem
Que lhe haveriam de entender por isso
O bem que me quer, e pois isto farei
 Não o quero curar, nem matar,
 Nem o quero de mim desesperar.

E, se lhe mostrasse algum desamor,
Não se podia guardar da morte,
Tanto haveria disso coita forte,
Mas, para eu não errar nisso o melhor
 Não o quero curar, nem matar,
 Nem o quero de mim desesperar.

E assim se pode seu tempo passar,
um tanto com prazer, um tanto com pesar

(CBN 559; CV 162; NJ p.27)

[13]

O vosso amigo tão do coração
Põe ele em vós seus olhos e tão bem,
Por Deus, amiga, que não sei eu quem
O veja que não entenda que não
 Pode poder haver de haver prazer
 De nenhuma coisa senão de vos ver.

E quem bem vir como ele seus olhos põe
Em vós, amiga, quando diante de vós vem
Se se não for muito minguado de senso
Entender pode de ele muito bem que não
 Pode ele poder haver de haver prazer
 De nenhuma coisa senão de vos ver.

E quando ele vem onde vós sois, razão
Quer ele catar que se encobre; e tem
Que se encobre, mas não lhe vale nada
Pois nos seus olhos entendem que não
 Pode ele poder haver de haver prazer
 De nenhuma coisa senão de vos ver.

(CBN 523 e 570; CV 116 e 174; NJ p.33)

[14]

Que muito há já que não vejo
mandado do meu amigo,
Porém, amiga, pôs comigo
Bem aqui onde agora estou
 Que logo me enviaria
 Mandado ou aqui se retornaria.

Muito me tarda, sem falha,
Que não vejo seu mandado,
Porém houve-me ele jurado
Bem aqui, que Deus me valha,
 Que logo me enviaria
 Mandado ou aqui se retornaria.

E que vos verdade diga:
Ele esteve muito chorando,
E esteve por mim jurando,
Onde agora estou, amiga,
 Que logo me enviaria
 mandado ou aqui se retornaria.

Mas pois não vem, nem envia
mandado, é morto ou mentia.

(CBN 557; CV 160; NJ p.25)

[15]

Que coita houvestes, mãe e senhora,
De me guardar, que não possa ver
O meu amigo e meu bem e meu prazer.
Mas, se eu puder, por Nosso Senhor,
 Que o veja e lhe possa falar,
 Tratarei disso pese a quem pesar.

Vós fizestes tudo em vosso poder,
Mãe e senhora, de me guardar que não
Visse o meu amigo e meu coração.
Mas, se eu puder, com todo meu poder,
 Que o veja e lhe possa falar,
 Tratarei disso pese a quem pesar.

A minha morte quiseste, mãe, e não outra coisa
Quando decidiste que por coisa alguma
Eu não visse o meu amigo e meu bem!
Mas, se eu puder, onde não estiver mais ninguém,
 Que o veja e lhe possa falar,
 Tratarei disso pese a quem pesar.

E se eu, mãe, isto puder realizar
o resto passe como puder passar.

(CBN 582; CV 185; NJ p.42)

[16]

Muito tempo há, meu amigo, que não quis Deus
Que vos ver pudessem os olhos meus,
E não pôr, com tudo isto, em mim os seus
Olhos minha mãe, amigo, e pois está assim
decidido de nos irmos, por Deus, daqui,
e faça a minha mãe o que puder com isso.

Não vos via há muito tempo, nem se arranjou,
Porque o impediu a minha mãe a quem pesou
Daquele pleito e pesa, e me guardou
Que vos não visse, amigo, e pois está assim
decidido de nos irmos, por Deus, daqui,
e faça a minha mãe o que puder com isso.

Que vos não via há muito ninguém
Não vi desde aquele tempo de nenhum bem,
Porque o impediu a minha mãe e fez por isso
Que vos não visse amigo, pois está assim
decidido de nos irmos, por Deus, daqui,
e faça minha mãe o que puder com isso.

E se não decidirdes muito cedo assim,
Matais-vos a vós, amigo, e matais-me a mim.

(CBN 587; CV 190; NJ p.47)

